



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 08 de agosto de 2012

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

- **Planejamento Estratégico 2013-2016** - apresentação de Jean Caris, Subsecretário Municipal da Casa Civil

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Antônio Ramos (CVL), Mário Borghini, Sérgio Guimarães, Maina Celidônio, Daniela Goes e Vânia Amorim (IPP).

Mauro Osório informou que na última reunião foi proposta uma pauta para as reuniões do Conselho até o fim do ano, mas que vale a pena rediscuti-la, se necessário. Acrescentou que o objetivo desta reunião de trabalho seria discutir o Planejamento Estratégico 2013-2016 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Em seguida, Mauro Osório passou a palavra ao palestrante.

- **Planejamento Estratégico 2013-2016** - apresentação de Jean Caris, Subsecretário Municipal da Casa Civil

A revisão do Plano Estratégico para 2013-2016, coordenada por Antônio Ramos, vai consolidar os avanços e buscar um patamar ainda mais elevado para a cidade do Rio de Janeiro. A visão para 2030 é ambiciosa. Pretende-se alçar a Cidade a uma posição de liderança em todo o hemisfério sul, tornando-a ainda mais competitiva e reforçando sua relevância global.

O Rio de Janeiro vive um momento propício às transformações e o Brasil se tornou o foco das atenções em função de eventos de grande porte que aqui se realizarão e da busca de oportunidades nos países emergentes por parte de investidores. Já se estruturam, nesta gestão, princípios e instrumentos robustos para o Planejamento, com uma metodologia comprovada, que deve ser ainda aprimorada nos próximos anos. Dentre os princípios, destacam-se a busca de suporte em consultoria, foco, pragmatismo, sustentabilidade financeira e acompanhamento de resultados, com detalhamento de projetos, e planejamento para os quatro anos.

O novo Plano foi desenvolvido com auxílio da *McKinsey & Co*, maior consultoria estratégica global, ao longo de sete meses. No período entre agosto e setembro de 2011, foi realizado um diagnóstico com levantamento de dados, comparando o Rio a cidades no Brasil e no mundo, feitas entrevistas com mais de 50 especialistas e gestores da cidade, e pesquisa com a população.

Entre outubro e novembro de 2011, houve oficinas de trabalho com os principais executivos da Prefeitura e realização de mais de 70 reuniões com as Secretarias. Em dezembro de 2011, o grupo de Conselheiros da Cidade discutiu o Plano Estratégico. Em janeiro de 2012, houve a consolidação do Plano com a participação do Conselho da Cidade e realizou-se uma oficina de trabalho com o Prefeito, para validação.

Lançado e publicado em abril de 2012, o Plano Estratégico contempla Diretrizes, Metas e Iniciativas Estratégicas para cada uma das 10 áreas de resultado. Entre os anos de 2012 e 2016, haverá o acompanhamento dos resultados do Plano por meio de reuniões semestrais com o Conselho da Cidade.

Na revisão do Plano Estratégico, a participação e representatividade da sociedade foram amplamente garantidas pelo envolvimento de diversos colaboradores. Foram realizadas 120 entrevistas individuais com grandes "atores" do cenário carioca e gestores municipais: secretários municipais e equipes, acadêmicos, investidores, empresários, formadores de opinião, organizações sociais e políticos. Houve discussão com o Conselho da Cidade, formado por membros da sociedade carioca e quatro oficinas com membros da Prefeitura para construção



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

de consenso, busca de *benchmarks* no Brasil e exterior, além de pesquisa do IBOPE sobre a Cidade com 1200 pessoas.

O Foco do Planejamento foi mantido em 10 áreas de resultado, com ligeiras diferenças em relação ao Plano anterior: saúde, educação, transportes, habitação e urbanização, ordem pública e conservação, desenvolvimento econômico, gestão e finanças públicas, meio ambiente e sustentabilidade, cultura e desenvolvimento social. A intenção é aprofundar em cinco dos dez temas nessa apresentação, para depois fazer a avaliação e verificar o que pode ser proposto de diferente.

O pragmatismo do Plano se revela através de um número restrito de metas e iniciativas estratégicas, como as melhores práticas. Para as 56 metas, foram propostas 58 iniciativas dentro das 10 áreas de resultado.

O orçamento total para o período 2012-2016 foi analisado e considerado sustentável alcançando o valor de R\$ 38,6 bilhões, dos quais mais de 30% serão obtidos de fontes externas (governo federal e iniciativa privada). O foco dos investimentos está previsto para as áreas de habitação, transporte, educação, saúde.

Os projetos do Plano na área de habitação e urbanização têm um investimento previsto de 4,5 bilhões de fontes próprias e 7,5 bilhões de fontes externas; transportes, 4,0 bilhões de fontes próprias e 2,7 bilhões de fontes externas; educação, 4,1 bilhões de fontes próprias; saúde, 3,0 bilhões de fontes próprias e 1,1 bilhões de fontes externas; meio ambiente e sustentabilidade, 0,9 bilhões de fontes próprias e 2,5 bilhões de fontes externas; ordem pública e conservação, 3,4 de fontes próprias; gestão e finanças públicas, 2,2 bilhões de fontes próprias e 0,1 bilhão de fontes externas; desenvolvimento social, 1,1 bilhão de fontes próprias; desenvolvimento econômico, 0,8 bilhão de fontes próprias e 0,1 bilhão de fontes externas; e cultura, 0,6 bilhão de fontes próprias.

Parte significativa do montante da área de habitação e urbanização será destinada ao projeto Porto Maravilha.

Eduarda La Rocque frisou que esses valores não se referem ao total de gastos em cada área, mas sim ao investimento em projetos constantes no Plano Estratégico.

O conselheiro Jailson de Souza perguntou se o combate ao *crack* entrou na área de desenvolvimento social. O palestrante respondeu que desenvolvimento social compreendeu a expansão do Cartão Família Carioca, projetos de esporte e atenção psicossocial, com a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

Eduarda La Rocque sugeriu que na próxima apresentação se fizesse uma fotografia do orçamento global, destacando a parte correspondente ao planejamento estratégico.

Mauro Osório ressaltou que necessariamente grande parte dos recursos gastos em saúde e educação tem que ir para custeio.

A ousadia foi fomentada no desenvolvimento das metas estratégicas, tendo em vista a ambição contida na Visão 2030.

Dentre as 56 metas destacam-se: aumentar a cobertura do programa Saúde da Família - que registrou 35% entre os anos de 2009 e 2012 - para 70% (cumulativo) entre 2013 e 2016; aumentar as notas médias dos anos inicial e final do IDEB, de 5,1 e 4,3, respectivamente, entre os anos de 2009 e 2012, para 6,0 e 5,0, respectivamente, entre 2012 e 2016; reduzir as áreas de favela de 3,5% no período 2009-2012 para 5,0% (cumulativo) no período 2013-2016; passar de 70.000 domicílios urbanizados pelo programa Morar Carioca no primeiro período, para 156 mil (cumulativo) no segundo; aumentar a capacidade de investimento no orçamento total, de 10%, entre 2009 e 2012, para 15%, entre 2013 e 2016; aumentar o número de atendimentos ao cidadão por ano de 1,2 milhões, no primeiro período, para 3,5 milhões no segundo; diminuir a mortalidade infantil por 1.000 nascidos de 12,2, no primeiro período, para 9,8 no segundo; reduzir a taxa de acidentes com vítimas no trânsito de 10%, no primeiro período, para 15% no segundo.

Em relação à meta de redução da área de favela, foram realocadas cerca de 18.000 famílias de áreas de risco no Maciço da Tijuca.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Em relação à meta de aumento das notas do IDEB, Mauro Osório disse que, principalmente em se tratando das séries iniciais, é fundamental ter também uma meta de diminuição das desigualdades entre as diversas regiões da Cidade. Marcelo Néri sugeriu que a meta fosse uma combinação do aumento das notas médias do IDEB nas séries iniciais e finais e da diminuição das desigualdades espaciais em relação às notas.

Eduarda La Rocque ressaltou que as metas têm desdobramentos sobre os contratos de gestão com as Secretarias.

De acordo com a avaliação realizada, 80% das metas estabelecidas pelo Plano Estratégico em 2009 foram atingidas.

Para aumentar a nota do IDEB, uma das iniciativas seria o desenvolvimento do ensino integral.

As 15 Iniciativas Estratégicas que estão diretamente ligadas ao legado olímpico são: Rio Criança Global, TransOeste, TransCarioca, TransOlímpica, TransBrasil, VLT do Centro, Porto Maravilha, Parque Olímpico, Rio em Ordem, Rio Acessível, Rio Capital do Turismo, Expansão do Saneamento e Qualidade de Águas Urbanas.

Sérgio Guimarães sugeriu que a apresentação enfatizasse os projetos vinculados ao legado olímpico. O palestrante esclareceu que não seria possível, pois a apresentação foi planejada para focar em algumas áreas específicas.

- **Educação**

A principal estratégia em Educação é a adoção da escola em tempo integral com turno único de 7 horas, onde a maior parte dos recursos será alocada.

A lógica adotada na escola será a do turno e contraturno, que serão complementares.

A Escola Carioca em Tempo Integral será o foco para a melhoria da qualidade do ensino público. As metas são: (i) atingir 35% dos alunos da rede municipal até 2016 o que atualmente é de 16%; (ii) obter nota média no IDEB igual ou superior a 5,0 nos anos iniciais e 6,0 nos anos finais; (iii) expandir os Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI), iniciativa bem sucedida no primeiro Plano; (iv) expandir para 60 mil as vagas em creches públicas ou conveniadas; (v) manter o reforço Escolar, visando a realfabetização e aceleração, a exemplo de outras iniciativas bem sucedidas como Escolas do Amanhã, Rio Criança Global e Saúde nas Escolas; (vi) reduzir a taxa de analfabetismo funcional entre alunos do 4º ao 6º ano para menos de 5%; (vii) garantir que ao menos 95% das crianças com 7 anos estejam alfabetizadas; (viii) garantir que 96% dos alunos da rede municipal se formem, no 2º segmento, até os 16 anos.

Mauro Osório indagou se existe algum critério territorial na definição da alocação dos recursos da educação. O palestrante respondeu que a definição da localização dos EDIs foi pautada nas análises territoriais realizadas com o auxílio do Instituto Pereira Passos.

A idéia é que se tenha a creche, pré-escola e ensino fundamental em tempo integral. A Câmara de Vereadores propôs uma lei para que 100% do ensino seja integral até final de 2020.

Atualmente, existem 75.000 vagas em creches, sendo 60.000 públicas e 15.000 conveniadas. Foram geradas 30.000 vagas nos últimos quatro anos, 20.000 em creche e 10.000 em pré-escola. E a demanda aumentou em função da qualidade do serviço oferecido.

Sérgio Guimarães informou que mais de 15.000 crianças que têm o Cartão Família Carioca não estão na creche.

Maria Alice lembrou que há previsão de concursos para professores e merendeiras, sendo informada pelo palestrante de que a gestão das merendeiras será realizada pela COMLURB, reconhecidamente grande prestadora de serviço.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Jailson de Souza esclareceu que a educação infantil não é contemplada pelo FUNDEB, apenas o ensino fundamental. Disse, também, que o ensino entre quatro e dezessete anos vai passar a ser obrigatório no Brasil. Indagou quantos alunos um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) atende. O palestrante respondeu que atende de 150 a 200 alunos.

O projeto Rio Criança Global consiste no ensino de inglês para os alunos da rede de ensino.

Atualmente 85% das crianças com dezessete anos são alfabetizadas.

Marcelo Néri sugeriu que a apresentação (slides) tivesse informações sobre a evolução das metas, mostrando o ponto de partida e os resultados obtidos.

Maria Alice perguntou se existe cálculo do número de professores necessário para implantar o ensino integral. O palestrante respondeu que ainda não há estimativas. Neste sentido, Jailson de Souza informou que, com o ensino integral, terão que ser contratados mais professores.

Mauro Osório informou que o número de jovens entre 15 e 24 anos sem trabalhar nem procurar emprego é enorme nas áreas de baixa renda, chegando a 33% no Jacarezinho. Assim, deveriam ser geradas alternativas para ocupar esses jovens e o audiovisual é uma idéia interessante, que deveria ser incorporada já no ensino fundamental.

- **Saúde**

Os focos em Saúde foram prevenção, acessibilidade e ganho de eficiência por meio de tecnologias inovadoras.

A “Saúde Presente” é a principal estratégia para ganho de qualidade e expectativa de vida, com destaque para as Clínicas da Família. A intenção é evoluir de 27,3% para 70% na cobertura da atenção básica.

A Reestruturação do Atendimento de Urgência e Emergência, aliada a estratégias de Desospitalização (PADI e leitos de retaguarda) vai desafogar e melhorar sensivelmente os serviços de internação. Isso vai reduzir tempo de espera em 25% nas emergências municipais, e garantir que não haja pacientes em leitos não cadastrados (Ex.: macas).

A “Saúde Inteligente” é a iniciativa de ganho expressivo de eficiência na regulação, nos procedimentos de consulta e na resolubilidade dos casos, através de tecnologia, com prontuário eletrônico dos pacientes, Central de regulação e telemedicina, além de meta de atingir o tempo adequado para 90% das marcações de consultas.

Atualmente, o principal montante de recursos está voltado à prevenção. 35% da população é atendida pela clínica da família. A meta de 70% pode significar uma universalização do atendimento.

O conselheiro Roberto Medronho disse que a classe média não quer utilizar o Programa de Saúde da Família, entretanto a tendência é essa cultura mudar, pois as Clínicas da Família estão bem equipadas (ultrassom, raio-X digital) e com um bom atendimento. Estão sendo feitos cadastros das famílias do entorno. Quando o paciente falta a uma consulta, o agente vai verificar o que houve. Com relação aos recursos, a construção da clínica é feita pela Prefeitura e o custeio é parte federal e parte da Prefeitura.

Mauro Osório ressaltou que os profissionais de carreira estão recebendo uma remuneração menor que a das Organizações Sociais.

Eduarda La Rocque disse que os contratados garantiram maior eficiência nos atendimentos.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Jailson de Souza disse que ao longo do tempo o servidor público foi perdendo alguns direitos, como por exemplo, a aposentadoria integral. Mencionou informação recebida de que em alguns locais, só é possível entrar nas OS por indicação política.

A idéia é que não se construam mais Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), mas se criem Centros de Emergência Regionais ao lado dos hospitais de referência, que funcionarão como centros de atendimento de emergência, desafogando os hospitais.

Roberto Medronho informou que já atendeu diversos casos de desinteria no hospital Getúlio Vargas, ocupando a vaga de um doente mais grave. Além disso, trabalhar na emergência é muito desgastante. Por isso, a necessidade de Centros de Emergência Regionais para fazer uma primeira triagem dos pacientes.

Mauro Osório questionou sobre o percentual de pacientes atendidos que são moradores de outros municípios. Roberto Medronho respondeu que de 20 a 25% dos pacientes são provenientes da Região Metropolitana. Ressaltou, ainda, que na área da saúde há necessidade urgente de se pensar políticas integradas à Região Metropolitana. Mauro Osório ressaltou entender ser fundamental a criação de uma agência metropolitana. Disse ainda que esse processo deveria ter a liderança do Governo do Estado e da Prefeitura do Rio.

O Programa de Atenção Domiciliar (PADI) é um programa barato e que deu muito certo. Portanto, será expandido. Através dele, conseguiu-se liberar 400 leitos nos hospitais (o equivalente a um Hospital Pedro II). Também serão implantados os leitos de retaguarda para pacientes fora de possibilidades terapêuticas.

Eduarda La Rocque lembrou que há grande percentual de pacientes que marcam consulta e não comparecem. O percentual de comparecimento no dia e hora marcados é de 40%. Não há punição para os faltosos. Neste sentido, Roberto Medronho disse que é cultural, ou seja, a pessoa acostumada a um atendimento insatisfatório acha que não vai ser atendida e não vai à consulta.

- **Transportes**

O foco na área de Transportes é a implementação de um modelo de transporte público de alta capacidade, com qualidade.

As vias de transporte de alta capacidade definidas no Plano vigente serão integralmente finalizadas até 2016. A intenção é concluir e iniciar as operações da TransOeste, TransCarioca, TransOlimpica e TransBrasil e implantar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Centro até 2016. Assim, serão alcançados 60% dos usuários de transporte público no município que usam alta capacidade, reduzindo pela metade o tempo médio de deslocamento nos principais percursos BRT/BRS.

O "Tráfego Inteligente" visa implementar sistemas de monitoramento e previsão de tráfego, assim como infraestrutura de equipamentos inteligentes: semáforos auto programáveis, painéis de informação, medidores. Outra meta é reduzir a taxa de acidentes com vítimas em pelo menos 15%.

Iniciativas como a Modernização da frota de ônibus e o Rio Boa Praça vão proporcionar um salto na qualidade dos transportes públicos. Pretende-se modernizar 100% da frota de ônibus, que terá ar condicionado, motor traseiro, combustível verde e recursos de acessibilidade. Além disso, busca-se garantir 100% dos táxis nos padrões de qualidade do Rio Boa Praça.

A Prefeitura já concluiu a Transoeste e a TransBrasil está prevista para final de 2016.

Optou-se pelo BRT, devido ao seu custo-benefício. Com os mesmos recursos de 20 Km de metrô ligando Ipanema à Barra da Tijuca, construiu-se 150 Km de BRT, um transporte de alta capacidade.

Antônio Ramos disse que a crítica à não utilização de energia limpa no BRT é pertinente.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Mauro Osório perguntou se, então, o governo do Estado estaria errado em ampliar a linha de metrô entre Ipanema e Barra da Tijuca, em lugar de criar um novo BRT. Antônio Ramos respondeu que não. Está evoluindo a opção do BRT como alternativa, tendo em vista que apresentam faixa plana e embarque de forma segura.

Os 40 km de VLT complementam o conjunto de intervenções na área de transporte.

Mauro Osório informou que, em São Paulo, a prioridade é o transporte sobre trilhos e se pretende triplicar a rede de metrô nos próximos quatro anos. Em Belo Horizonte, a prioridade é o transporte sobre trilhos. O Paraná, primeira cidade onde foi implantado o BRT no Brasil, também optou pelos trilhos. Apontou ainda que Bogotá, normalmente apresentada como um caso de sucesso na opção por BRT, atualmente também prioriza metrô. Disse que em Bogotá, inicialmente, a opção já era por metrô. Houve, no entanto, uma situação de emergência, com um terremoto, os recursos que iriam para o metrô tiveram que ser desviados e optou-se então pelo BRT, de fato com menor custo a curto prazo. Acrescentou que a Transoeste é um estímulo à produção de moradias (ordenada e desordenada) na Zona Oeste. E questionou o fato de não se investir na área suburbana (Área de Planejamento 3), que já está densamente ocupada, em vez de estimular ocupação de áreas vazias da Cidade e sem infraestrutura. Questionou, ainda, se, com relação ao BRT da Av. Brasil, não seria mais importante priorizar a transformação do trem suburbano em metrô de superfície.

Sérgio Magalhães disse que esse Plano Estratégico não é da Cidade, mas sim da Prefeitura. O Rio de Janeiro tem que assumir um protagonismo metropolitano para poder se institucionalizar algo na escala metropolitana. Informou, também, que a demanda da população do Rio de Janeiro não é pelo BRT. As pessoas estão demandando outras linhas de metrô. A Transoeste se constituirá como um estímulo importante à ocupação de Guaratiba e a Prefeitura não tem como sustentar essa expansão, suprindo essa área com saneamento, iluminação pública etc. É fundamental construir uma observação construtiva na perspectiva estratégica.

Jailson de Souza perguntou se os gastos com implantação de infraestrutura em Guaratiba, após a abertura do túnel da Grotta Funda, estão sendo calculados. Antônio Ramos respondeu que custa mais refazer infraestrutura, como na área do Porto, do que se construir nova. Sérgio Magalhães disse que não se pode desconsiderar as áreas consolidadas, acrescentando que o deslocamento de centralidade pode acabar com a Cidade.

Eduarda La Rocque solicitou que o Conselho elaborasse uma crítica construtiva ao Plano Estratégico. A idéia é promover um debate para conserto das rotas e chegar ao final do ano com alguma reflexão.

Jailson de Souza ressaltou que nem sempre a soma das partes é igual ao todo. Para a elaboração do Plano, partiu-se do setorial para o todo. Assim, ficou na mão dos especialistas o processo de planejamento da Cidade. As políticas poderiam surgir de forma mais integrada. É importante pensar que projeto de cidade se quer para os próximos 30 anos para depois pensar intervenções. O mesmo chama a atenção para o fato de a cultura ser vista como uma coisa menor na política pública. Ou seja, existem questões do ponto de vista simbólico que o planejamento estratégico não dá conta, como o turismo e a cultura. Se não se repensar esse processo, não vai ser possível a construção de um projeto integrado.

Eduarda La Rocque disse que gostaria de ouvir o Conselho, que poderia dar sua contribuição com a criação de grupos de trabalho específicos para fazer propostas construtivas ao Plano Estratégico, e implementar Plano de Trabalho junto aos técnicos da Prefeitura. Por isso, está aguardando propostas. Acrescentou que o Conselho não precisa estar reunido para discutir um Plano de Trabalho

Mauro Osório propôs a elaboração de um conjunto de *papers* com uma lógica geral, integrando as discussões de propostas. É preciso munir os Secretários com informações. Disse que já houve reunião do Conselho com secretários, em que a existência de diagnósticos incorretos sobre economia do Rio ficou clara. Finalmente, informou que a próxima reunião do Conselho tratará do tema Favela.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Jailson de Souza disse que é fundamental pensar em outras formas de gestão da cidade e conversar com os secretários nessa perspectiva. Dever-se-ia repensar, por exemplo, o orçamento participativo no século XXI. Propôs que se sugerissem temas e convocassem o corpo técnico da Prefeitura e secretários para as discussões.

Sergio Magalhães sugeriu envolver o IPP na produção das informações para esses projetos.

Jailson de Souza cedeu ao Programa UPP Social 50 exemplares do material produzido em um seminário ocorrido no BNDES, denominado "O que é favela afinal?" E que esse material poderia ser lido antes da reunião do Conselho sobre o conceito de favela. Sugeriu que se rediscuta esse conceito, pois ele permanece o mesmo desde a década de 1950. Também seria importante discutir o porquê do número diminuto de equipamentos culturais nas áreas mais pobres. Não se reconhece que as pessoas que vivem nessas partes da Cidade façam arte, por isso a Arena Carioca não tem espaço para a produção artística. Ressaltou, finalmente, a necessidade de se pensar a regulação dos espaços com Unidade de Polícia Pacificadora.

Mauro Osório agradeceu aos conselheiros e aos demais convidados. A seguir, encerrou a reunião. A Secretária Executiva Paula Serrano tomou notas e elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC